

# EDUCAÇÃO POPULAR E UNIVERSIDADE

É com enorme satisfação que apresentamos o nº 42 da Revista EccoS, o primeiro de 2017 e sob a responsabilidade de novos editores. Não podemos nos furtar, no início deste novo desafio, a deixar uma palavra de agradecimento aos professores Carlos Bauer e Antonio Joaquim Severino pelo trabalho realizado ao longo dos últimos anos e pelos sucessos alcançados no que respeita à qualificação da Revista. Na última avaliação Qualis, respeitante ao ano de 2015, EccoS passou de B2 para B1. Essa vitória pertence inteiramente a eles. Fica o agradecimento dos editores que ora assumem e de todo corpo acadêmico do PPGE-Uninove: o nosso muito obrigado!

O eixo temático do Dossiê que se apresenta diz respeito à Universidade Popular no Brasil, temática que decorre das investigações – bibliográfica, de campo e documental – realizadas no âmbito do projeto “Universidade Popular no Brasil”, levado a cabo pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (PPGE-Uninove), no período 2013-2016, com financiamento da linha de fomento CAPES-Obeduc. Sob o pressuposto de que uma série de novas universidades federais criadas neste século cumpriam um roteiro de políticas inclusivas na educação superior brasileira que se associavam a inovações em suas matrizes institucionais e curriculares e na reorganização de seus processos de avaliação, além de propor vínculos mais definidos com as políticas sociais dos governos nacionais, tais investigações foram realizadas nas seguintes instituições federais: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Universidade da Integração Latino-Americana (UNILA), Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e, posteriormente, Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSBA). O objetivo do projeto foi lançar uma discussão sobre o que se entende por uma universidade popular e apresentar outras possibilidades institucionais e epistêmicas de educação superior, na contramão das universidades tradicionais que ainda ostentam caráter elitista.

Os artigos que constituem o Dossiê são apresentados pelos professores Maurício Silva e J. E. Romão, da Linha de Pesquisa: Educação Popular e Culturas, na respectiva seção, constituindo inovação no processo de organização de dossiês, que agora passam a também incluir temáticas sugeridas

das e dirigidas pelas linhas de pesquisa do PPGE-Uninove e que, à frente, incluirão outros distintos procedimentos organizativos que caracterizam uma revista científica, na busca de alargar os laços de intercâmbio acadêmico com instituições e pesquisadores do Brasil e do exterior e redes de pesquisa internacionais.

Para além do Dossiê, o presente número é constituído por mais duas seções: Artigos e Resenhas. Da seção Artigos constam cinco textos, de caráter generalista, mas especializado, que giram em torno das políticas educacionais para a educação básica e superior e da formação e desenvolvimento profissional de docentes desses dois níveis educacionais.

O primeiro artigo, de António Francisco Baixinho, investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (CeED-ULHT), de Lisboa, intitulado *Políticas educativas em Portugal: governação, contexto local e hibridismo*, centra-se na problemática da relação entre o papel do Estado e dos municípios nos primeiros anos da escolarização básica (pré-escolar e 1.º ciclo, antigo ensino primário). Essa descentralização, cujo suporte legislativo data de 1984, teve o objetivo, segundo o autor, de melhorar a qualidade e a eficiência do serviço público por meio da criação de um mercado educacional, com a conseqüente redução do papel do Estado central e da modificação nas regras de financiamento e gestão. A transferência de um conjunto de responsabilidades educativas para os municípios se, por um lado, fortalece o poder local, que assume responsabilidades ampliadas na área de administração educativa, por outro gera conflitualidades entre o poder local e o poder central no que diz respeito à transferência de financiamento deste para aquele. Além disso, nesse cenário, o autor traz outras questões ligadas à participação das comunidades na educação e à privatização de serviços outrora sob a alçada do poder público, sempre tomando o caso português para estudo.

Regina Maria Michelotto e Michelle Fernandes Lima, professoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, no artigo *Políticas de democratização da educação superior na perspectiva metodológica de Antonio Gramsci*, apresentam resultados de suas pesquisas no campo das políticas para a educação superior que discutem a democratização da universidade brasileira a partir dos fundamentos metodológicos de Antonio Gramsci. As autoras analisam processos de democratização da edu-

cação superior no Brasil utilizando exemplos como os da situação italiana da década de 1990 e a experiência revolucionária cubana. A metodologia escolhida permite que as contradições sejam expostas configurando diferentes interpretações sobre processos democratizantes. Concluem elas que, muitas vezes, o que é considerado “democratização” da universidade deturpa o real sentido da expressão. Nos exemplos escolhidos, verificou-se que o processo de Cuba é o que mais se aproxima de um modelo democrático.

O terceiro artigo, de Denise Regina Costa Aguiar, Pós-doutoranda e Doutora em Educação pelo PPGE da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, área de currículo, titulado *As políticas educacionais em municípios que se orientam por referenciais freirianos: outro jeito de fazer escola*, tem o propósito de ilustrar empiricamente as contribuições do pensamento pedagógico de Paulo Freire aos sistemas de ensino, com base nos casos das políticas educacionais desenvolvidas nas redes municipais de São Paulo e Diadema. A partir dos princípios freirianos aplicados nessas redes, a autora propõe outro jeito de fazer escola, por intermédio da ruptura com fazeres e saberes arraigados na organização escolar que se orientam por uma concepção bancária de educação e que resultam em seletividade e expulsão, sobretudo das camadas populares. Defende a autora um outro jeito, emancipatório, de fazer escola, a partir de uma ética que privilegie o ser mais e o acesso ao conhecimento e à cultura, nesse passo afirmando a dignidade de todos os seres humanos.

O artigo seguinte: *Comunidade aprendente: a escola como locus de formação e desenvolvimento do professor*, escrito em parceria entre pesquisadores mestres em Desenvolvimento Humano - Ana Maria Vellenich, Adriano Marcus Ferreira e Nilsen Aparecida Vieira Marcondes - e a docente pós-doutora do Programa Acadêmico e Interdisciplinar de Desenvolvimento Humano da Universidade de Taibaté, Maria Aparecida Campos Diniz de Castro, constitui uma revisão crítica da literatura que propõe-se a refletir sobre a instituição escolar como sistema de relações, com evidentes características interativas. Os conceitos e ideias de alguns autores estudados nessa reflexão teórica evidenciam a possibilidade de formação docente por meio do potencial pedagógico da própria escola. Os autores concluem que a prática reflexiva e as estratégias de ação compartilhadas, se bem conduzidas, transformam a escola numa comunidade aprendente, o que poderá contribuir para a autonomia e aperfeiçoamento profissional dos agentes envolvidos, bem como possibilitar transformações em nível institucional.

O último artigo, *A trajetória de desenvolvimento profissional docente no ensino superior*, da lavra das professoras Maria Angélica Penatti Pipitone e Karen Missy Aki Komada, ambas da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da Universidade de São Paulo, em Piracicaba, com o apoio significativo em pesquisa de estudantes de licenciatura em Ciências Agrárias dessa instituição, teve como objetivo analisar como o docente do *campus* de uma universidade pública estadual paulista se insere na docência do ensino superior, identificando os desafios e soluções relacionados a essa trajetória. Do ponto de vista metodológico-instrumental, foi aplicado um inquérito por entrevista a docentes e membros das coordenações dos cursos de graduação existentes naquele *campus*. Os resultados apontaram que aproximadamente metade dos professores entrevistados não possui preparação pedagógica; no entanto, amenizaram as dificuldades por meio das novas experiências na carreira, ademais de demonstrarem possuir características de bom desenvolvimento profissional docente, visto que conhecem o projeto pedagógico do curso e têm os seus planos de ensino susceptíveis às alterações decorrentes de mudanças na sociedade e no mundo do trabalho.

Da última seção fazem parte resenhas de obras recentemente publicadas, como forma de contribuir para a atualização dos estudos em educação e áreas correlatas.

EccoS segue, a passos ainda mais vigorosos, na direção de constituir uma publicação brasileira de referência internacional para as pesquisas em educação. Seus editores, que acumulam experiências anteriores no trabalho editorial científico, estão cientes das dificuldades do caminho, mas certos de que a promoção do intercâmbio permanente com a comunidade científica do Brasil e do exterior, com responsabilidade e critério, resultará em benefícios coletivos ao conhecimento educacional.

Assim, desejamos a todos uma leitura aprendente!!!

**Eduardo Santos e Manuel Tavares**  
Editores